

Secretaria de
**Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania**



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação

CLIPPING

2 Outubro 2019



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping Outubro/19

DATA	02/10/2019	DIA DA SEMANA	Quarta-feira
VEÍCULO	A Crítica	EDITORIA/ COLUNA	Redução de Despesas
LINK	https://www.acritica.com/channels/manaus/news/projeto-de-reforma-do-governo-divide-opinioes-de-parlamentares-no-am		
TÍTULO	Projeto de reforma do Governo divide opiniões de parlamentares no AM		
CITA A SECRETARIA SEJUSC	SIM		APOIO SEJUSC
TIPO DE CONTEÚDO	Positivo		
TIPO DE MÍDIA	Release ASCOM SEJUSC		
	Divulgação Própria		X
	Iniciativa do Veículo		
	Nota ASCOM SEJUSC		

acritica

Projeto de reforma do governo divide opiniões de parlamentares no AM

Proposta prevê, segundo o governo, economia de R\$ 5,1 milhões por ano e reduz de 25 para 20 o número de secretarias



O projeto de lei que trata da Reforma Administrativa do governo do Estado ainda não chegou na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM) e já divide opiniões de parlamentares e de segmentos da sociedade civil. Com economia estimada de R\$ 5,1



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping Outubro/19

milhões, a proposta prevê a redução de 25 para 20 o número de secretarias na administração estadual, além de fusões entre pastas.

De acordo com o governo, cinco órgãos perderão o status de secretarias e serão incorporadas a outras pastas. São elas: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência (Seped), Secretaria de Estado de Trabalho (Setrab), Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti) e a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel). Segundo o executivo estadual, a proposta será encaminhada ainda esta semana para a ALE-AM.

Fusões

A nova estrutura administrativa prevê a criação da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc) com a fusão da Seduc e da Sejel. Entre as novas estruturas, a Fundação Amazonas de Alto Rendimento que será responsável pelo desenvolvimento de esportes olímpicos e paralímpicos.

A presidente da Comissão de Educação da ALE-AM, deputada estadual Therezinha Ruiz (PSDB) avalia que as alterações não irão apresentar prejuízos a qualquer segmento da sociedade.

“É necessário e nenhum governo pode manter a mesmice. Vai atender mais valorizando a educação física e o aluno que se destaca em alguma modalidade de ensino. Nada melhor que esporte e educação estar juntos. Já tivemos essa experiência na Prefeitura de Manaus e deu muito certa”, disse a parlamentar.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Amazonas (Sinteam) manifestou preocupação com a união das pastas e teme a redução de investimentos e das políticas públicas.

“Somos contrários à extinção da Sejel. É um atraso na política de juventude e de esporte e só atrapalha a política educacional. Sabe-se que quando uma secretária passa a ser departamento de uma secretaria maior ela perde a importância. No final das contas, não vai aumentar o recurso para o esporte e ainda vai tirar da educação porque tem que garantir as





duas pastas com o mesmo recurso”, avalia o secretário de finanças do Sinteam, Cleber de Oliveira.

Na avaliação do deputado Augusto Ferraz (DEM) as pastas de Educação, Esporte e Cultura deveriam ser unidas. “As três devem andar juntas. Eu fazia a fusão dessas secretarias ampliando os cargos técnicos”, afirmou o parlamentar.

No projeto de lei, a Secretaria de Cultura (SEC) integra a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa que também reúne a Secretaria de Relações Federativas e Internacionais (Serfi), hoje Secretaria de Relações Institucionais (Serins), e a Secretaria Geral da Vice-Governadoria, em substituição à Secretaria Executiva da Vice-Governadoria.

Inclusão

O governo propõe a criação da Secretaria de Estado de Cidadania e Inclusão Social, que substituirá a Sejusc e também passará a responder pelas atividades da Seped. Para o presidente do Instituto Amazonense de Inclusão (IAI), Breno Marx, a junção retira a autonomia da Seped e ameaça a continuidade dos projetos e políticas de inclusão social no Estado.

“Todos os projetos irão por água abaixo. É um retrocesso nunca antes visto. Por anos as pessoas com deficiência lutam por seus direitos, por uma secretaria atuante e humanizada com independência e autonomia para chegar em todos os municípios do Estado. No contexto geral, tanto a fusão quanto a extinção causam os mesmos efeitos sociais e a Seped voltaria a ser apenas uma mera entregadora de cadeiras de rodas, sem projetos, sem humanização e sem poder cuidar das pessoas”, avalia o presidente.

Também está prevista a criação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra), que incorpora as atribuições atuais da Seinfra, mais as da Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) e da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios, no lugar da Secretaria de Política Fundiária (SPF).





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping Outubro/19

“Essa fusão é salutar e extremamente pós-positiva, pois não havia necessidade de ter uma secretaria exclusiva para cuidar da RMM pois a Seinfra já faz esse trabalho”, declarou o vice-líder do governo Álvaro Campêlo (PP).

Oposição diz que medida é ‘tímida’

Para o deputado de oposição, Dermilson Chagas (PP), a proposta de reforma administrativa do governo é ‘tímida’. “É muito inexpressiva. Vai juntar essas secretarias em outras com os mesmos cargos e contratos. O resultado (de economia) que está sendo apresentado de R\$ 5 milhões por ano é muito fraco e pequeno. Não tira o Estado da Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse.

O parlamentar defende a redução de contratos e de cargos comissionados. “Deveria dar um choque de gestão na saúde, educação e na secretaria de segurança Pública. Uma auditoria na folha de pagamento e rever contratos de carros alugados. São gastos que corroem o Estado e ele não tem feito nenhuma medida para reduzir o volume de contratos”, avalia Chagas.

Wilker Barreto (Podemos) disse que espera uma reestruturação na ‘direção da economicidade’ sem perder a eficiência da máquina pública. “Como eles (deputados da base) só conversam entre si, só posso me posicionar quando o projeto estiver disponível para sociedade. Preocupa porque vejo o Estado não fazer medidas que independem de reformas administrativas, por exemplo, revisar contratos e enxugar comissionados”, disse.



DATA	02/10/2019	DIA DA SEMANA	Quarta-feira
VEÍCULO	A Crítica	EDITORIA/ COLUNA	Reforma Administrativa
LINK	https://www.acritica.com/channels/manaus/news/grupo-protesta-contrafim-de-secretaria-voltada-a-pessoas-com-deficiencia		
TÍTULO	Grupo protesta contra fim de secretaria voltada a pessoas com deficiência		
CITA A SECRETARIA SEJUSC	SIM		APOIO SEJUSC
TIPO DE CONTEÚDO	Positivo		
TIPO DE MÍDIA	Release ASCOM SEJUSC		
	Divulgação Própria		X
	Iniciativa do Veículo		
	Nota ASCOM SEJUSC		

acritica

Grupo protesta contra fim de secretaria voltada a pessoas com deficiência

Governo anunciou nesta semana uma reforma para otimizar recursos públicos. Mudanças incluem incorporação da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Seped) a nova pasta, que também abrigará a Sejusc





Dezenas de pessoas com deficiência protestaram na manhã desta quarta-feira (2) em frente à sede do Governo do Amazonas contra a proposta de reforma administrativa do Estado. Eles são contra a incorporação da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Seped) à nova Secretaria de Cidadania e Inclusão Social, que também abrigará as atribuições da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc).

O cadeirante José Mesquita, vice presidente da Agremiação das Pessoas com Deficiência do Viver Melhor (Agrepedev), disse que a mudança é lamentável. Ele salientou que no Brasil existem apenas três secretarias estaduais voltadas para pessoas com deficiência e que era motivo de orgulho o Amazonas ser um dos estados contemplados.

“Somos 1,5 milhão de pessoas com deficiência em nosso país. Só queremos que a Lei 13.146/15 que garante nossos direitos, seja exercida, pois já estamos cansados de ser excluídos”, disse o representante da Agrepedev.

Joselma Lopes, de 43 anos, que tem mobilidade reduzida e se locomove por meio de muletas, também lamentou a mudança que a reforma administrativa irá propor à Seped.

“Nós dependemos muito desta secretaria, pois é onde nós conseguimos a manutenção dos nossos direitos, como atualização dos nossos laudos médicos, acompanhamentos para fisioterapias, encaminhamentos para empresas que contratam pessoas com deficiência entre muitos outros serviços. Se esta pasta for extinta, somos nós (deficientes) que iremos sofrer”, disse jovem que também é membro da Associação de Deficientes Físicos do Amazonas (Adefa).

Já Carlos Silva, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência, diz que o fechamento, a extinção ou a fusão da Seped é um retrocesso no cumprimento e respeito dos direitos da pessoa com deficiência.

“Lá é onde elas são acolhidas. Se fechar, deixaremos de ser protagonistas para sermos reféns de uma nova secretaria que não atende os nossos direitos”, exclamou o manifestante.

Por meio de nota, o Governo do Estado informou que um comissão com representantes da vice-governadoria e da Casa Civil do Estado recebeu nesta manhã, um grupo de oito





integrantes de movimentos que representam as pessoas com deficiência, para esclarecer sobre a proposta de reforma administrativa.

O Governo comunicou que a proposta prevê que as atribuições da Seped sejam todas incorporadas pela nova Secretaria de Cidadania e Inclusão Social, sem qualquer prejuízo às atividades, programas e ações voltadas à pessoa com deficiência.

O Executivo ainda informou que levou em consideração a necessidade de racionalizar recursos e aperfeiçoar rotinas administrativas da mesma natureza que, atualmente, são realizadas por diferentes órgãos. A política de defesa dos direitos das pessoas com deficiência não está dissociada da garantia de acesso a serviços de cidadania e inclusão social que, com a reforma administrativa, ganhará mais força na nova secretaria, de acordo com o Estado.

Saiba mais

O projeto de Lei (PL) da reforma administrativa, propõe uma proposta redução no número de secretarias e une órgãos estaduais. A estimativa é de que a medida gere uma economia inicial de na ordem de R\$ 5,16 milhões por ano, reduzindo o número de secretarias de 25 para 20, o que reflete na diminuição do número de órgãos da administração estadual, de 71 para 68.





DATA	02/10/2019	DIA DA SEMANA	Quarta-feira
VEÍCULO	Ariquemes Online	EDITORIA/ COLUNA	Notícias da Amazônia
LINK	https://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=371350&codDep=38		
TÍTULO			
CITA A SECRETARIA SEJUSC	SIM		APOIO SEJUSC
TIPO DE CONTEÚDO	Positivo		
TIPO DE MÍDIA	Release ASCOM SEJUSC		
	Divulgação Própria		X
	Iniciativa do Veículo		
	Nota ASCOM SEJUSC		



Projeto de reforma do governo divide opiniões de parlamentares no AM

Proposta prevê, segundo o governo, economia de R\$ 5,1 milhões por ano e reduz de 25 para 20 o número de secretarias



Divulgação/ Internet

O projeto de lei que trata da Reforma Administrativa do governo do Estado ainda não chegou na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM) e já divide opiniões de parlamentares e de segmentos da sociedade civil. Com economia estimada de R\$ 5,1 milhões, a proposta prevê a redução de 25 para 20 o número de secretarias na administração estadual, além de fusões entre pastas.

De acordo com o governo, cinco órgãos perderão o status de secretarias e serão incorporadas a outras pastas. São elas: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência (Seped), Secretaria de Estado de Trabalho (Setrab), Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti) e a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (Sejel). Segundo o executivo estadual, a proposta será encaminhada ainda esta semana para a ALE-AM.

Fusões





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping Outubro/19

A nova estrutura administrativa prevê a criação da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc) com a fusão da Seduc e da Sejel. Entre as novas estruturas, a Fundação Amazonas de Alto Rendimento que será responsável pelo desenvolvimento de esportes olímpicos e paralímpicos.

A presidente da Comissão de Educação da ALE-AM, deputada estadual Therezinha Ruiz (PSDB) avalia que as alterações não irão apresentar prejuízos a qualquer segmento da sociedade.

“É necessário e nenhum governo pode manter a mesmice. Vai atender mais valorizando a educação física e o aluno que se destaca em alguma modalidade de ensino. Nada melhor que esporte e educação estar juntos. Já tivemos essa experiência na Prefeitura de Manaus e deu muito certa”, disse a parlamentar.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Amazonas (Sinteam) manifestou preocupação com a união das pastas e teme a redução de investimentos e das políticas públicas.

“Somos contrários à extinção da Sejel. É um atraso na política de juventude e de esporte e só atrapalha a política educacional. Sabe-se que quando uma secretária passa a ser departamento de uma secretaria maior ela perde a importância. No final das contas, não vai aumentar o recurso para o esporte e ainda vai tirar da educação porque tem que garantir as duas pastas com o mesmo recurso”, avalia o secretário de finanças do Sinteam, Cleber de Oliveira.

Na avaliação do deputado Augusto Ferraz (DEM) as pastas de Educação, Esporte e Cultura deveriam ser unidas. “As três devem andar juntas. Eu fazia a fusão dessas secretarias ampliando os cargos técnicos”, afirmou o parlamentar.

No projeto de lei, a Secretaria de Cultura (SEC) integra a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa que também reúne a Secretaria de Relações Federativas e Internacionais (Serfi), hoje Secretaria de Relações Institucionais (Serins), e a Secretaria Geral da Vice-Governadoria, em substituição à Secretaria Executiva da Vice-Governadoria.

Inclusão

O governo propõe a criação da Secretaria de Estado de Cidadania e Inclusão Social, que substituirá a Sejusc e também passará a responder pelas atividades da Seped. Para o presidente do Instituto Amazonense de Inclusão (IAI), Breno Marx, a junção retira a autonomia da Seped e ameaça a continuidade dos projetos e políticas de inclusão social no Estado.

“Todos os projetos irão por água abaixo. É um retrocesso nunca antes visto. Por anos as pessoas com deficiência lutam por seus direitos, por uma secretaria atuante e humanizada com independência e autonomia para chegar em todos os municípios do Estado. No contexto geral, tanto a fusão quanto a extinção causam os mesmos efeitos sociais e a Seped voltaria a ser apenas uma mera entregadora de cadeiras



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Assessoria de Comunicação
Clipping Outubro/19

de rodas, sem projetos, sem humanização e sem poder cuidar das pessoas”, avalia o presidente.

Também está prevista a criação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra), que incorpora as atribuições atuais da Seinfra, mais as da Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) e da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios, no lugar da Secretaria de Política Fundiária (SPF).

“Essa fusão é salutar e extremamente pós-positiva, pois não havia necessidade de ter uma secretaria exclusiva para cuidar da RMM pois a Seinfra já faz esse trabalho”, declarou o vice-líder do governo Álvaro Campêlo (PP).

Oposição diz que medida é ‘tímida’

Para o deputado de oposição, Dermilson Chagas (PP), a proposta de reforma administrativa do governo é ‘tímida’. “É muito inexpressiva. Vai juntar essas secretarias em outras com os mesmos cargos e contratos. O resultado (de economia) que está sendo apresentado de R\$ 5 milhões por ano é muito fraco e pequeno. Não tira o Estado da Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse.

O parlamentar defende a redução de contratos e de cargos comissionados. “Deveria dar um choque de gestão na saúde, educação e na secretaria de segurança Pública. Uma auditoria na folha de pagamento e rever contratos de carros alugados. São gastos que corroem o Estado e ele não tem feito nenhuma medida para reduzir o volume de contratos”, avalia Chagas.

Wilker Barreto (Podemos) disse que espera uma reestruturação na ‘direção da economicidade’ sem perder a eficiência da máquina pública. “Como eles (deputados da base) só conversam entre si, só posso me posicionar quando o projeto estiver disponível para sociedade. Preocupa porque vejo o Estado não fazer medidas que independem de reformas administrativas, por exemplo, revisar contratos e enxugar comissionados”, disse.